

César Maia é investigado sobre Riotur

■ Indício de irregularidade no emprego de verbas públicas aciona Ministério Público

FÁBIO LAU E MONA
BITTENCOURT

A Assessoria Especial de Investigação Penal do Ministério Público apura a possibilidade de envolvimento do ex-prefeito do Rio, César Maia, na malversação de dinheiro público durante a gestão de Marcelo Siqueira na presidência da Secretaria Municipal de Turismo (Riotur). No período, a empresa responsável pelo turismo na cidade gastou cerca de R\$ 2 milhões na contratação, sem licitação, de empresas, entidades sem fins lucrativos e artistas, burlando a lei 8666/93 que trata da concorrência pública. O ex-prefeito César Maia não quis comentar as investigações do MP. "Ele está com a agenda cheia de compromissos", disse sua assessora Ágata Messina. Os gastos foram denunciados ano passado pelo **JORNAL DO BRASIL**.

Determinada pelo procurador-geral de Justiça do Estado, Hamilton Carvalho, as investigações serão conduzidas pelo procurador de Justiça José Muíños Piñero Filho, a quem caberá dizer, num parecer, se houve ou não dolo do ex-chefe do executivo municipal. Carvalho deu prazo de 15 dias para que a atual presidência da Riotur encaminhe cópias de todos os contratos assinados por Marcelo Siqueira em que haja indícios de irregularidade. Através de sua assessoria, o presidente da empresa, Gerard Bourgeaiseau, não quis comentar o assunto.

Indícios - Despachado pelo procurador-geral no último dia 14, o ofício determinando as investigações chegou às mãos de José Muíños Piñero depois que a promotora de Justiça da Central de Inquéritos, Maria Ignez C. Pimentel, constatou nas investigações preliminares que havia fortes indícios de ações criminais. A Assessoria Especial do Ministério Público é responsável por investigações de crimes supostamente cometidos por autoridades públicas, tais como prefeitos, secretários estaduais, deputados estaduais, juízes e representantes do próprio MP.

Um dos indícios que permitiram o envio da investigação para a Assessoria Especial está ligado ao depoimento que o radialista José Messias prestou na Delegacia Fazendária no ano passado, no qual negava ter recebido R\$ 210 mil para executar o projeto A Grande Chance - um programa de rádio que tinha como objetivo descobrir novos talentos da MPB.

O orçamento do projeto foi apresentado pelo próprio Messias ao então prefeito César Maia, que à época afirmou ter ficado "empolgado", a ponto de patrocinar a idéia. Entretanto, ao depor na delegacia, Messias negou ao delegado George Toth, então diretor da Delegacia Fazendária, ter recebido o dinheiro. Responsável pela publicidade municipal e pela cessão de recursos, Leila Castanheira garantiu ao delegado que Messias recebeu a quantia.

Acareação - Esta contradição, disse ontem o procurador Muíños Piñero, vai obrigá-lo a fazer uma acareação entre ambos: "Temos que colocá-los frente a frente para ver com quem está a verdade", disse Piñero. Ouvido sobre as operações da Riotur, o advogado Luiz Paulo Viveiros de Castro criticou à época as operações da empresa, que chamou de "imorais".

Além de José Messias, o procurador-geral Hamilton Carvalho concordou com a necessidade de que todos os implicados diretamente no escândalo sejam ouvidos. Figuram na lista de indiciados, além de Leila Castanheira, o então diretor de Eventos da Riotur, Rodrigo Farias Lima (cuja candidatura a vereador foi cassada, no último pleito, por infração à lei eleitoral) e seu filho e nora, Raul Farias Lima e Ana Luísa Xavier (a dupla dos palhaços pernas-de-pau, cujo salário contratual era de R\$ 30 mil, pagos pelo contribuinte).

Outros nomes a serem investigados são os de José Bernardo de Souza (presidente da Federação de Bandas de Músicas Civas, que recebeu repasse de verbas para pagamento de músicos); o comediante Nick Nicola (diretor tesoureiro do Retiro dos Artistas, entidade usada como testa-ferro na contratação de empresas sem licitação); César Scorzelli (diretor administrativo da Riotur, que endossava as operações) e Marcelo Siqueira (presidente da Riotur e responsável pelas operações).

Sobre Siqueira, além dos gastos elevados cuja legalidade é investigada, recaem outras responsabilidades que chamaram a atenção do MP devido à originalidade. Num dos contratos, Siqueira determina que a empresa compre com dinheiro público o remédio Interferon para um funcionário da Riotur (R\$ 1.686,42). Num outro processo, Siqueira surge como beneficiário de uma operação de venda de passagem aérea para a Riotur, que lhe repassou R\$ 464,52.